

POLÍTICA

# Mais um problema para Ulysses resolver

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), relatora da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, foi afastada: Mais uma missão para o dr. Ulysses.

O presidente da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, deputado Arolde de Oliveira, do PFL do Rio de Janeiro, enviou telegrama, domingo à noite, ao líder Mário Covas, comunicando que destituiu do cargo a relatora, deputada Cristina Tavares, substituindo-a pelo deputado José Carlos Martinez, também do PMDB. Assim, a deputada ficaria afastada também da Comissão de Sistematização, fato que foi levantado e debatido ontem no plenário da Constituinte.

A versão foi relatada pela própria deputada, invocando testemunho do deputado peemedebista Antonio Gaspar. Conforme a parlamentar, o presidente Arolde de Oliveira prometeu destituí-la da função de relatora na primeira reunião da subcomissão.

O líder Mário Covas entregou, segunda-feira, o telegrama ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, explicando não ser possível destituir a deputada Cristina Tavares, que, além de ter assinado o seu relatório, havia recorrido ao presidente da Comissão Temática, deputado Arthur da Távola, contra o encaminhamento da votação pelo deputado Arolde de Oliveira.

Mário Covas explicou, ainda, que os trabalhos da subcomissão já haviam sido encerrados. Lembrou, além disso, que cabe ao líder do partido indicar o relator, e não ao presidente da comissão. E fez a seguinte advertência: "Se relator pode ser substituído, presidente também pode". Os presidentes das subcomissões pertencem ao PFL.

Na realidade, o deputado Arolde de Oliveira ficou irritado com a deputada Cristina Tavares porque, quando faltava apreciar apenas

três artigos do seu relatório, ela e outros oito parlamentares retiraram-se da subcomissão, por discordar do encaminhamento da votação pela sua presidência.

Antes, porém, a deputada assinou o relatório e impetrou recurso contra o encaminhamento da votação pelo deputado Arolde de Oliveira, aceito pelo presidente da Comissão Temática, deputado Arthur da Távola.

A manobra para destituir Cristina Tavares, segundo ela garantiu, foi articulada, além de Arolde de Oliveira, também pelos deputados José Carlos Martinez, vice-presidente da subcomissão, Mendes Ribeiro, José Elias, Arnold Fioravante e a deputada Rita Furtado, que se reuniram por diversas vezes na biblioteca da Câmara com esse objetivo. Conforme Cristina Tavares, o plano do grupo era destituir oito relatores das subcomissões, sendo o primeiro o senador peemedebista José Fogaça.

Agora, o deputado Ulysses Guimarães terá de se pronunciar sobre o problema em plenário, onde foi colocado como questão de ordem.

A destituição provocou manifestação de solidariedade à parlamentar de parte de constituintes de diferentes partidos, entre os quais as deputadas Miriam Portella, do PDS, Benedita da Silva e Irma Passoni, do PT, Beth Azire, do PSB, Ana Maria Rattes, do PMDB e Moema São Tiago, do PDT.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, em defesa de Cristina Tavares, disse que o ato, além de violentar a tradição da Casa, não encontra amparo regimental. O líder frisou que "a Constituição precisa ser elaborada em clima de respeito".

Segundo o líder do PFL, José Lourenço, e o presidente da subcomissão, Arolde de Oliveira, Cristina Tavares teria sido afastada por haver abandonado os trabalhos daquele órgão; e ainda: com base no regimento interno da Câmara, a ser utilizado subsidiariamente em caso de omissão do regimento da Constituinte, pode haver mudança de relator se o parecer deste não for adotado pela comissão.

O líder Mário Covas, no entanto, com fundamento no parágrafo 4º do artigo 17 da Constituinte, sustentou que Cristina Tavares não só assinou seu relatório, como recorreu à Comissão Temática, à qual pertence a Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação contra procedimentos do seu presidente. Em discurso emocionado, em que acusou Arolde de Oliveira de agir não como constituinte, mas como preposto de interesses empresariais e, além disso, sonegar sua condição de sócio de emissoras de TV, o constituinte Lysaneas Maciel, do PDT, denunciou a inobservância do regimento interno da Constituinte com frequência "inquietante", tese com a qual concordaria, momentos depois também da tribuna, o líder Mário Covas.

O pivô do incidente, deputado Arolde de Oliveira, justificou-se ao afirmar que optou pela substituição da relatora por esta haver abandonado o plenário onde se processavam os debates, e que a decisão foi tomada com dois terços dos integrantes da subcomissão presentes. Já Cristina Tavares atribuiu toda a manobra ao ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães com a participação direta da constituinte Rita Furtado, do PFL, cujo marido é secretário-geral daquele ministério.



Arolde de Oliveira, contra Cristina Tavares.



Cristina Tavares: contra Arolde.

**S** em exceção, os grandes interesses econômicos foram não apenas preservados, mas também ampliados na primeira rodada de votação da Assembleia Nacional Constituinte, verificada nas 24 subcomissões, indicando uma tendência conservadora. Isso ficou bem claro na queda da reforma agrária e no esboço de uma nova ordem econômica, que derrubou o zódo nacionalista dos anos 50, o monopólio estatal do petróleo, além de outras coisas, como a reserva de mercado. A equiparação das empresas estatais às privadas para fins de benefícios, privilégios e subvenções reforça, no plano prático, a opção pela privatização.

Mas, a Assembleia produziu uma série de avanços, como o voto destituído contra parlamentares que venham a perder a confiança popular; participação do cidadão comum na elaboração legislativa, inclusive a constitucional; garantias plenas para a população indígena; plebiscito para obras que prejudiquem a qualidade de vida, tragam riscos de vida e desequilíbrio ecológico; procedimento de acusação contra o presidente e ministros por violação internacional da Carta; jornada de trabalho semanal de 40 horas; estabilidade; direito de greve e de sindicalização extensivo ao funcionário público, e o fim do confinamento de menores (Febem).

Mas essas primeiras definições não podem ainda indicar o resultado final do trabalho constituinte, que passará por mais três instâncias: as comissões temáticas, a Comissão de Sistematização e, finalmente, o plenário da Assembleia. Pode-se apenas deduzir que o produto final se situará do centro para a direita.

### Legislativo

Em algumas subcomissões ficou clara a tendência de valorizar o Poder Legislativo, que poderá decidir sobre a captação de recursos externos, aprovar e derrubar gabinetes, julgar o presidente da República por crimes de responsabilidade, ter poder imediato de inquérito face a denúncias graves, aprovar ou rejeitar o primeiro-ministro, participar da elaboração das propostas orçamentárias e posteriormente aprová-las, decidir sobre a indicação de diretores do Banco do Brasil, do Banco Central, de ministros dos Tribunais Superiores e dos membros do Conselho Monetário Nacional, (que, conforme a Subcomissão do Sistema Financeiro, será substituído por uma comissão especial), integrar o Conselho de Segurança Nacional e referendar a outorga de canais de radiodifusão feita pelo Executivo.

## Constituinte: a primeira visão é conservadora.

As propostas mais ousadas acabaram sendo derrubadas. Mas também houve avanços em muitos setores.

As várias propostas de criação de tribunais constitucionais, por outro lado, demonstraram o intuito de preservar a futura Carta, pois prevê ação processual nos casos de violação dos seus dispositivos. Essa ideia embutiu o desejo de enfraquecimento do Supremo Tribunal Federal, de tendência sempre conservadora, que hoje decide sobre a inconstitucionalidade das leis.

A questão do mandato do presidente José Sarney obedeceu tão somente ao jogo das forças políticas na Subcomissão do Poder Executivo. Os governistas aprovaram cinco anos, por 16 votos contra sete, mas optaram por um neoparlamentarismo. Um meio termo entre o presidencialismo desejado por Sarney e a vontade da maioria dos constituintes. Já na Subcomissão do Sistema Eleitoral, foi fixado mandato de quatro anos para os próximos presidentes, mas caiu a proposta de eleição de senadores a cada quadriênio.

### Forças Armadas

Sensíveis ao poder das Forças Armadas, os constituintes rejeitaram quatro propostas mais ousadas: a criação do Ministério da Defesa, a extinção do Conselho de Segurança Nacional, a restrição da atuação dos militares e o serviço militar facultativo. Assim, a garantia dos po-

deres constituídos, a defesa da pátria, da lei e da ordem continuarão com as três Forças, cuja legislação será atribuição exclusiva do presidente da República. Mas houve inovação no campo da segurança por conta da exclusividade do Superior Tribunal Militar para julgamento de crimes militares, da instituição da tortura como crime inafiançável e inatenuável, da proibição de aervos oficiais sobre convicções pessoais, informações da vida privada e atividades político-partidárias.

Na parte social, a Assembleia delirou um pouco através de propostas difíceis de aprovação final como a pronta estabilidade, a renda mensal vitalícia para os idosos acima de 65 anos, a generalização do seguro-desemprego, a obrigatoriedade de comida de graça aos empregados no local de trabalho, a ampliação para 120 dias da licença-maternidade. Mas adotou medidas viáveis como a proibição da eutanásia, da comercialização de órgãos para transplantes e as experiências genéticas.

A proibição do aborto foi recomendada pelo reconhecimento da união estável como família e pela redução de cinco para dois anos da separação judicial para fins de divórcio. O menor poderá trabalhar a partir dos 14 anos e os filhos ilegítimos terão cobertura.

A Assembleia não conseguiu tabelar os juros em 12% ao ano, mas proibiu os bancos estrangeiros de operar comercialmente no País. Criou um fundo de depósitos bancários para proteger o depositante e impediu a União de cobrir buracos abertos por escândalos financeiros; diminuiu as atribuições do Banco Central e substituiu o CMN por uma comissão especial mista e permanente, com a participação do Legislativo, e com atribuição até de sustar atos do governo.

Ao examinar tributos, derrubou o compulsório, permitindo-o apenas para suprir recursos para a cobertura de calamidades públicas, mas não instituiu o imposto progressivo, consagrando a injustiça fiscal; derrubou a possibilidade do usucapão na área urbana, facilitou a instalação de empresas estrangeiras embutidas em nacionais e permitiu que empresas públicas e privadas nacionais aproveitem a energia hidráulica e a lava de jazidas minerais em faixas de fronteira e terras indígenas.

Leda Fiora

## Onde a radicalização não deu resultado

A superioridade numérica dos conservadores e privatistas na Constituinte já provocou uma mudança de tática do grupo opositor, classificado de estatizante ou progressista. O fenômeno é notado em praticamente todas as comissões, seja cuidando de assuntos econômicos, sociais ou institucionais. Por orientação do grupo da esquerda do PMDB, nominalmente liderada por Mário Covas, os anteprojetos das comissões serão menos radicais que os produzidos pelas subcomissões, cujos relatores foram indicados, assim como os das comissões, por Covas e seu grupo.

Desta forma, o relator da comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra (PMDB-SP), deverá manter propostas relativas ao sistema tributário e orçamentário, promovendo profundas mudanças no anteprojeto do sistema financeiro, cujo relator, Fernando Gasparian (PMDB-SP), conduziu os trabalhos de modo contrário ao pensamento da maioria, conseguindo uma série de restrições ao funcionamento das instituições bancárias e financeiras, aumentando consideravelmente o papel dos bancos estatais, principalmente o Banco do Brasil.

Isto teria sido possível, em grande parte, pela insatisfação generalizada da sociedade, deputados e senadores, com as elevadas taxas de juros que os afeta diretamente em suas atividades empresariais, ou agropastoris. Teria sido uma vitória "conjuntural", segundo vários assessores de comissões, que na realidade elaboraram praticamente todos os anteprojetos, seguindo a linha política determinada pelo relator. A orientação recebida, agora, é para que procurem produzir anteprojetos.

Um pouco conservadores, já que a tática anterior, de radicalizar, não deu certo. Esta tática era, sabendo a força dos conservadores e privatistas, promover nas subcomissões, cuja relatoria foi conquistada pela esquerda, anteprojetos muito "progressistas", do modo a ganhar mais na negociação com o que este grupo chama de direita.

A nova direita, no entanto, articulou-se melhor e também entrou no jogo da radicalização, com uma vantagem: tinha votos e não precisava, necessariamente, negociar muita coisa, para que a futura constituinte tivesse o seu rosto. Somente na Comissão de Ordem Eco-

nômica, as subcomissões formadas demonstram esta conclusão de políticos e de seus principais assessores:

Na Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária, por exemplo, a tentativa de Mário Covas em promover uma reunião de negociação e conciliação entre membros da comissão integrantes do PMDB, não deu nenhum resultado. A esquerda aceitava negociar o limite máximo das propriedades rurais, e os conservadores não admitiam qualquer limite.

No caso da de Princípios Gerais, restaram apenas dois artigos do relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA), cujo anteprojeto já continha dispositivos claramente prontos para serem cortados como sinal de "boa vontade" da esquerda que pretendia, deste modo, conseguir alguns avanços para suas posições. A forma do contra-ataque dos conservadores, no entanto, foi a do "rolo-compressor", que como admitiu, o deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ), não abria a menor possibilidade de negociação, tirando a possibilidade de que a esquerda escrevesse uma só linha daquela subcomissão.

## Ulysses, "maravilhado", agradece a Deus por tudo.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, destacou ontem a criatividade e autenticidade da Assembleia e considerou vitoriosa a primeira etapa, encerrada segunda-feira. "No começo, ficava assustado — disse o deputado — mas hoje estou maravilhado com o privilégio que Deus me deu de ver tudo estar dando tão certo".

Ulysses elogiou também o programa Diário da Constituinte, cujo êxito tem sido total. "Ninguém vai ouvir isto, dizia eu, mas hoje as pesquisas confirmam o sucesso do programa", afirmou.



Ulysses: otimismo.

Ontem à noite, Ulysses reuniu-se com os líderes do PMDB e os relatores das Comissões e subcomissões temáticas, para fazer um balanço dos trabalhos até agora realizados pela Constituinte e traçar uma estratégia para os próximos passos da tramitação dos anteprojetos já aprovados.

Antes de encontro, realizado em sua residência oficial, Ulysses explicou que pretendia debater os "pontos críticos" dos diversos anteprojetos e as dificuldades encontradas pelos relatores nas primeiras etapas da Constituinte.

## Forças Armadas acionadas só em último caso

As Forças Armadas não devem ser acionadas, como primeira opção, numa ação repressiva a greves e piquetes, mesmo que as paralisações trabalhistas ocorram em áreas atualmente consideradas como de atividade essencial para o País, tais como hidrelétricas e refinarias, mas apenas "na defesa dos postulados democráticos e no estrito cumprimento da lei".

Esta tese é do presidente da Comissão da Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, senador e coronel da reserva Jarbas Passarinho (PDS-PA) e é a única alteração substancial que este ex-ministro do Trabalho considera deva ser introduzida no anteprojeto de relator Ricardo Fluzza (PFL-PE), relativa à defesa do Estado, da sociedade e de sua segurança.

O mesmo não ocorre com o relator, deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Egresso da Arena e do

PDS, Prisco Viana não está disposto a acatar qualquer modificação no papel constitucional das Forças Armadas. Divergindo apenas neste ponto, presidente e relator da comissão que trata de temas complexos como garantia da Constituição, partidos políticos, reforma eleitoral e destinação constitucional das Forças Armadas, têm pontos de vista idênticos sobre os pontos seguintes, discutidos nas outras duas subcomissões: — Mandato presidencial — Não deve ser visto nesta comissão, cabendo-lhe tão-somente a tarefa de definir o sistema de governo. Ambos defendem o presidencialismo, embora Prisco Viana avance na proposição de uma obstrução de presidencialismo com o Congresso Nacional forte, defendendo, naturalmente, mandato de cinco anos para Sarney e qualquer outro presidente da República. — Tribunal Constitucional — Passarinho quanto Prisco Viana não con-

cordam com a inovação. Aham que o Supremo Tribunal Federal encontra-se perfeitamente capacitado a zelar pelo respeito à Constituição. — Sistema distrital — O deputado Prisco fala em distrital misto e o senador defende um distrital híbrido, o que, finalmente, vem a ser a mesma coisa.

Prisco Viana é ainda favorável a que se matenha a idade do voto nos atuais 18 anos, que o voto seja obrigatório e concorda com os termos do anteprojeto da Subcomissão de Garantia da Constituição quanto a oportunidade de se abrir a governadores e instituições o direito de arguição de inconstitucionalidade, hoje nas mãos do procurador-geral da República.

Passarinho pensa que o capítulo sobre segurança nacional deve ser mantido. Acha que os pontos mais polêmicos referem-se aos mecanismos de defesa do Estado e do papel das Forças Armadas.